

A escrita e prática fonoaudiológica com crianças surdas/ deficientes auditivas

Maria Cecília Bonini Trenche*

Clay Rienzo Balieiro**

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou, junto a fonoaudiólogos, as principais transformações teórico-metodológicas ocorridas no trabalho com a escrita no atendimento clínico de crianças surdas/deficientes auditivas nos últimos anos. A partir das falas de fonoaudiólogas entrevistadas, as autoras identificaram temas que foram trabalhados em um texto-síntese que reúne elementos de diferentes depoimentos, sob a forma de um discurso coletivo, uma vez que busca dar voz a profissionais que atuam no referido campo.

Em seus relatos, os fonoaudiólogos revelam que, atualmente, o trabalho com a escrita da criança surda/deficiente auditiva vem se realizando não mais em função das falhas (morfofossintáticas) geralmente observadas na escrita dessas crianças, mas em função da necessidade que os fonoaudiólogos identificam de se construir com essas crianças um sistema de referência – uma “memória do que se diz” ou se fala no cotidiano. Abordagem fundamental para que a criança surda/deficiente auditiva possa produzir sentido a partir do que lê e escreve; sentido esse que se constrói na e pela interdiscursividade.

Palavras-chave: *deficiência auditiva; surdez; escrita; terapia fonoaudiológica.*

Abstract

The aim of this study is to expose the results of a research that investigated the main theoretical – methodological transformations presented in the late years during clinical work on writing with deaf/ hearing impaired children. From interviews with speech pathologists, the authors identified themes that were organized on a synthesis, that put together elements of different statements.

The speech pathologists related that, nowadays, the writing work with deaf/ hearing impaired children is not realized upon failures (morphosyntactic) observed on writing, but over the need that they feel of forming a reference system, so that deaf children can make sense from what they read and write. This sense is built on and by interdiscursivity.

Key-words: *hearing impairment; deafness; writing; speech pathology therapy.*

*Professora doutora da Faculdade de Fonoaudiologia PUC-SP; coordenadora da Faculdade de Fonoaudiologia – PUC-SP.

** Professora doutora da Faculdade de Fonoaudiologia PUC-SP; fonoaudióloga da Deric – PUC-SP.

Resumen

El objetivo de este estudio es presentar los resultados de una investigación que levantó junto a fonoaudiólogos las principales transformaciones teórico-metodológicas ocurridas en el trabajo con escritura en el atendimento clínico de niños sordos / deficientes auditivos en los últimos años. A partir del discurso de fonoaudiólogos entrevistadas, las autoras identificaron temas, que fueron reelaborados en un texto síntesis. Este texto reúne elementos de diferentes depoimentos bajo la forma de un discurso colectivo, una vez que busca dar voz a profesionales que actúan en el referido campo.

En sus relatos los fonoaudiólogos revelan que actualmente el trabajo con la escritura del niño sordo / deficientes auditivo no se realiza en función de las falhas (morfosintáticas) generalmente observadas en la escritura de esos niños, pero si en función de la necesidad que los fonoaudiólogos identifican de construir con esos niños un sistema de referencia – una “memoria de lo que se dice” o se habla en su cotidiano. Abordaje fundamental para que el niño sordo / deficientes auditivo sea capaz de producir sentido a partir de lo que lee y escribe; sentido ese que se construye en y la interdiscursividad.

Palabras clave: *deficiencia auditiva; sordera; escritura; terapia; fonoaudiología.*

Qualquer grupo que vive um projeto... gera a escrita coletiva e individual indispensável para as suas práticas: sejam relatórios de reuniões, notas informativas, cronogramas de ação, balanços, sínteses, sejam contribuições de uns, reações de outros, estudos ou anotações pessoais sobre discussões, momentos de investimento.

Jean Foucambert

A escrita na clínica fonoaudiológica

Embora a escrita seja sempre referida pelos fonoaudiólogos como uma modalidade de linguagem importante para o processo terapêutico com crianças surdas, ao revisarmos os estudos sobre surdez e linguagem na perspectiva da clínica fonoaudiológica, observamos que a literatura sobre escrita é bastante escassa.

Em uma pesquisa realizada com a colaboração de estudantes da graduação,¹ vinte fonoaudiólogos foram selecionados para entrevista, devido à experiência que possuíam no atendimento terapêutico com crianças surdas/deficientes auditivas. Convidados a falar sobre o uso da escrita e o modo como trabalhavam essa modalidade de linguagem, esses profissionais forneceram material para a discussão que apresentamos neste artigo.

Quatro tópicos básicos orientaram o roteiro das entrevistas. Os fonoaudiólogos falaram sobre: a) sua trajetória profissional no trabalho clínico-terapêutico com crianças surdas/deficientes auditivas; b) o foco dado à escrita nesse contexto; c) os desafios que esse trabalho impõe; d) a relação entre escrita, escola e o trabalho fonoaudiológico.

Esse instrumento de coleta forneceu, como prevíamos, elementos importantes para uma discussão sobre o trabalho com escrita na clínica fonoaudiológica, especialmente sobre as abordagens utilizadas pelos entrevistados e sobre as principais mudanças apontadas por eles no foco dado a essa modalidade de linguagem. Após a transcrição das entrevistas, foram selecionados trechos de falas compostos de frases, sentenças ou parágrafos em torno de uma temática. A unidade de análise de conteúdo foi se estruturando como categoria temática, pois os dizeres, perseguindo o sentido original expresso pelos entrevistados, eram agrupados quando se constituíam em modos semelhantes ou antagônicos de abordar os elementos temáticos (aproximações e contraposições usadas para a construção de sínteses). Na imersão sobre as temáticas construídas, buscou-se apoio da literatura para a discussão das questões conceituais colocadas com vistas a dar estrutura teórica ao texto apre-

¹ A pesquisa foi realizada dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da PUC-SP e teve apoio do CNPq. Participaram da pesquisa os bolsistas Heloíse Nacarato Santos, Maurício R. T. de Carvalho, Karen Christyna Formaris Costa e Fernanda Cristina Chacon de Castro.

sentado.² Nesse sentido, pode-se dizer que ele não apresenta o somatório dos depoimentos obtidos, mas um registro de questões e problemas abordados por fonoaudiólogos que trabalham a escrita com crianças,³ na perspectiva da escrita coletiva de que nos fala a epígrafe escolhida para iniciarmos o artigo. Reconhecemos, no entanto, nossa integral responsabilidade pela forma como os textos orais e escritos foram articulados uns aos outros, compondo um texto que acreditamos representar um discurso coletivo – opção metodológica para este trabalho. Acrescentamos às falas referências da literatura que julgamos harmonizar-se e corroborar as questões apresentadas pelos entrevistados. Utilizamos, ainda, itálico e aspas sempre que foi possível manter os enunciados formulados pelos fonoaudiólogos durante as entrevistas, intercalando assim síntese de trechos de fala com recortes da fala original dos participantes da pesquisa.

Linguagem, surdez e escrita

A linguagem escrita *“raramente é o motivo da queixa que leva crianças surdas à clínica fonoaudiológica”*, mas a surdez, as alterações nos processos de interlocução da criança surda com o ouvinte e as experiências escolares mal-sucedidas deixam marcas significativas na linguagem, que interferem no processo de aquisição da língua escrita e nas práticas de leitura e escrita.

O *“problema de audição”*, *“a preocupação com a prótese auditiva”*, com *“a fala no sentido da articulação”* ou da *“aquisição da linguagem oral”* são os motivos mais comuns pelos quais os pais de uma criança surda/deficiente auditiva procuram o fonoaudiólogo.

Como a apreensão da materialidade significativa da linguagem escrita se dá pela visão, essa é considerada instrumento e material imprescindível ao processo terapêutico com crianças surdas/deficientes auditivas, principalmente porque *“o material escrito traz para dentro da sessão possibilidades de diálogo, discussão, conhecimento, informação”*, dando *“gancho para a relação com a linguagem no aspecto dos sentidos e significados”*.

Por não alcançar domínio suficiente de leitura e de escrita para apreender os conteúdos escolares *“muito antes de a criança surda começar a dar sinais de que está fracassando em sua escolaridade”*, a escrita é inserida na terapia fonoaudiológica por desempenhar um *“papel fundamental no processo geral de aquisição de linguagem dessas crianças”*.

Quando introduzida no processo terapêutico bem antes da alfabetização, pelo *“manuseio de livros infantis”*, *“na escrita do nome da criança como forma de identificação de sua produção”*, a escrita *“produz um avanço significativo no desenvolvimento da linguagem”*, *“por se constituir em uma outra forma de comunicação, de interação”* mais acessível que a linguagem oral e mais abrangente, do ponto de vista do uso social, possibilitando a entrada da criança num grupo heterogêneo que usa a escrita como linguagem.

Conjugada ao conhecimento, a escrita propicia a retomada ou a aceleração de um processo que faculta à criança surda/deficiente auditiva o uso e a compreensão da linguagem verbal. *“Tem um papel significativo na relação da criança com a linguagem, na interação dela com as pessoas, pois exposta “à literatura”, tendo “acesso aos livros”, “às histórias em quadrinhos, aos contos de fada, de forma lúdica ela vai penetrando nos mistérios da escrita”*. Conforme vai se apropriando de recursos lingüísticos, *“muda sua relação com a linguagem e com o mundo”*.

Escrita e compreensão

As práticas clínicas mostram que *“as dificuldades quanto ao sentido”*, quanto à polissemia, têm implicações para a atribuição de sentido e uso da linguagem verbal. Dificuldades essas que afetam as atividades comunicativas, cognitivas e reflexivas, uma vez que estas se fazem com e pela linguagem verbal.

Para Bergès e Balbo (1997),

(...) quaisquer que sejam os métodos que se tenha em vista, a linguagem dos sinais, desmuti-

² A metodologia usada para analisar as entrevistas, extraído as idéias centrais e/ou ancoragens e seus correspondentes compoem um texto-síntese, apoiou-se no trabalho de Lefèvre e Lefèvre (2003).

³ Os subitens apresentados correspondem aos conteúdos sistematizados das falas confrontados com as informações da literatura relativas aos temas em foco.

zações diversas, o acesso à leitura aparece como uma urgência absoluta, pois ela se constitui, ao que parece, num fator essencial para permitir ao surdo, na sua linguagem, falar de seu lugar de sujeito e superar o que constitui o drama principal do surdo profundo, que é a incapacidade de aceder à polissemia da língua.

Mesmo oferecendo à criança surda/deficiente auditiva maior acesso à materialidade da linguagem verbal, quando comparado ao processo de aquisição da linguagem oral, “*o processo de construção da escrita*” demanda um intenso “*trabalho de significação*”. Segundo Benveniste (1991), linguagem verbal implica uma significância de modo semiótico, pois o signo deve ser reconhecido, e outra de modo semântico, pois o discurso deve ser compreendido.

A “*compreensão e a produção de textos*” são alvos importantes a serem alcançados para que a criança surda possa constituir linguagem e constituir-se como sujeito.

A significância de modo semântico, de que nos fala Benveniste (ibid.), é, pois, o grande desafio a ser enfrentado no trabalho com essa modalidade de linguagem com crianças surdas/deficientes auditivas, consistindo num trabalho para que elas possam “*não só decodificar palavras, mas atingir a compreensão da leitura, isto é, ler o texto e compreender efetivamente o que está escrito*”. Para o surdo “*que usa sinais e que digitaliza, por meio do alfabeto digital a leitura, quando o texto passa a ser visto na sua unidade, mesmo que não consigam apreender muitos dos sentidos ali contidos, abandonam essa prática*” (de digitalizar), porque a leitura passa a ser conduzida “*pelos sentidos*”. É um ir “*muito além da simples decifração (ou oralização) do texto*”.

A mobilidade semântica, a capacidade de deslocar para novos contextos os enunciados anteriormente produzidos, uma das principais características da atividade discursiva, estão, na maior parte das vezes, afetadas na linguagem das pessoas surdas/deficientes auditivas, pois estão relacionadas às condições de aquisição e uso da linguagem. Comumente, para essas crianças, a aquisição da língua oral e escrita ocorre num processo semelhante ao da aquisição de uma língua estrangeira, isto é, de modo artificial e ensinado. Não desenvolvendo essa mobilidade de referencial, elas acabam por apreender na leitura apenas o sentido literal dos enunciados.

Para Bergès e Balbo (1997), a criança surda que aprende a dizer pela linguagem articulada so-

noramente ou pela escrita enfrenta geralmente o problema da polissemia, sobretudo quando o método utilizado para tanto leva a criança a tomar a palavra pela coisa. Segundo esses autores, crianças que aprendem a falar, ler e escrever desse modo correm o risco de ficar fora da linguagem.

A importância da aquisição da língua materna para a construção da escrita

O processo de letramento implica, de certa maneira, o domínio de uma língua que faça a intermediação até o momento em que a escrita possa ser incorporada como um simbolismo de primeira ordem (Vigotsky, 1979). Esse tem sido considerado um dos “*principais obstáculos que crianças surdas precisam ultrapassar para alcançarem maior domínio e fluência na escrita*”.

A criança ouvinte, durante o processo de letramento, utiliza-se da linguagem oral, em um trabalho de confronto/aproximação de aspectos entre as modalidades (oral/escrita) que fazem parte de um mesmo sistema lingüístico (verbal). A linguagem oral possibilita a atribuição de sentidos à escrita, além de favorecer o falar sobre a escrita. Constituída na/pela sua participação ativa em uma série de intercâmbios verbais orais desde seu nascimento, essa linguagem fornece referência para a interpretação e a compreensão de suas experiências.

Diferentemente, a criança surda/deficiente auditiva, ao iniciar o processo de aquisição da escrita, geralmente, ainda não possui uma língua suficientemente sistematizada. Dispõe, na maior parte das vezes, de vários recursos comunicativos e sua linguagem é composta, geralmente, de gestos e vocábulos cujos sentidos estão relacionados a situações partilhadas no contexto familiar, carregada de privacidade. “*O trabalho com a escrita já começa com aquela defasagem porque ela [a criança surda] não tem ainda nenhuma língua de verdade*”, mesmo “*para as crianças que dominam melhor a língua de sinais, como a estrutura é completamente diferente do português, sua aquisição é comparável à aquisição de uma segunda língua e para alguns fonoaudiólogos como língua estrangeira*”. Sem poder utilizar-se plenamente da capacidade de pensar verbalmente, proporcionada pelo uso da língua, o processo de aquisição da escrita é freqüentemente vivido pela criança como um “*longo e árduo trabalho*”.

A questão da aquisição da língua materna pela criança surda/deficiente auditiva, filha de pais ouvintes, é um assunto polêmico e complexo. A divergência em relação ao uso da língua oral ou de sinais como primeira língua, apontada pela literatura especializada, envolve não apenas questões referentes a aspectos lingüísticos, mas também aspectos psíquicos, socioculturais, antropológicos, políticos e educacionais.⁴

Do ponto de vista clínico, o que se observa é que quando há obstáculos de ordem orgânica, as questões da ordem da subjetividade, conseqüentemente da linguagem, são geralmente afetadas, podendo acarretar sintomas cognoscitivos, ou seja de aprendizagem.⁵

A família e a escola: a criança surda/deficiente auditiva e a escrita

As atitudes dos pais influenciam, sobremaneira, a relação da criança com a linguagem/escrita, que pode ser inibida ou potencializada, dependendo do modo como os laços simbólicos são mantidos e desenvolvidos (ou não) nas relações com seus familiares.

O mesmo pode ser dito em relação à experiência propiciada pela escola, uma vez que os entrevistados observam que crianças surdas “*acumulam, muitas vezes, experiências negativas com leitura e escrita tanto na escola como em casa*” o que dificulta sua relação com o objeto escrita. A rejeição à

leitura é interpretada como, geralmente, relacionada ao fato de que suas produções são marcadas por situações de “*hipercorreção e cobrança*”.

Para mudar a imagem negativa que a criança tenha criado a partir dessas experiências, os fonoaudiólogos procuram lhe oferecer usos funcionais (sociais) da escrita, relacionados a “*experiências positivas*”, “*prazerosas*”, “*significativas e articuladas com o seu cotidiano*”.

A escrita na clínica: distancia-se da escrita na escola

Ao mesmo tempo em que as práticas discursivas se fundamentam no querer dizer/entender da criança, o terapeuta assume posições de escriba e de leitor, disponibilizando recursos lingüísticos em contextos enunciativos.

O sentido da escrita é posto “*no prazer de compreender*” e de “*poder falar sobre*” acontecimentos singulares que afetam direta ou indiretamente a vida da criança, levando a um movimento constante de articulação entre passagens do texto escrito e de outros discursos (orais ou sinalizados).

Trabalhar seguindo essa diretriz faz com que a leitura nos processos terapêuticos seja feita “*a partir de textos*”, relacionados diretamente com a experiência e as preocupações da criança, retirados da escrita social (“*literatura*”, “*artigo de revista*”, “*entrevista*”, “*carta*”, “*convite*”) ou escritos pela própria fonoaudióloga, na posição de “*escriba da criança*” para produzir “*histórias, diários, bilhetes*”.

⁴ Ver Bueno (1999).

⁵ A psicanalista Françoise Dolto (1998) discute a questão do isolamento sensorial que marca a trajetória de vida de crianças surdas ou deficientes auditivas e ressalta a importância de uma ajuda clínica aos pais quando estes tomam conhecimento do problema auditivo. Segundo a autora, quando a ação médica fica centrada na doença, a criança fica com o drama vivido pelos pais e com o seu, o de ser de repente apanhada num diagnóstico, cujo sentido não compreende e que muda substancialmente o comportamento de seus pais. Inseguros e desorientados, estes podem passar a considerar a criança não como um sujeito da linguagem, mas como um objeto que deve ser consertado. Apontando, especificamente, o problema de comunicação da criança surda, a autora ressalta a importância de ela vir a se enquadrar plenamente na linguagem, na comunicação com seus pais. Adverte que, sem elementos linguageiros que garantam a mediação entre o passado e o presente de sua vida, a criança pode tornar-se absolutamente incapaz para a vida de comunicação-mímica, gestual ou languageira – com o mundo exterior, sem procurar mais o que ou quem lhe complementa desejos. A autora ressalta que é pela função simbólica que a criança descobre as necessidades que lhe são vitais para a sobrevivência física e o prazer psicoafetivo que se distingue como desejo “a predominância da função simbólica ligada à sua memória faz com que todas as suas percepções se liguem inicialmente às suas necessidades, às modalidades físicas e afetivas de satisfação, que se tornam simbólicas, linguagem de presença de um outrem, assegurante ou não.”. Por isso, a vida em simbiose prolongada com um ou outro membro, sem contatos sociais e sempre em corpo-a-corpo, pode criar gravíssima neurose fusional.

Nem forma, nem conteúdo: os princípios metodológicos do trabalho de produção da leitura e de escrita

Foucambert (1994) diz que “ler é uma negociação entre o conhecido, que está na nossa cabeça, e o desconhecido que está no papel; entre o que está atrás e o que está diante dos olhos”. Mas fazer com que a criança tenha “*essa relação de descoberta com o texto escrito é um desafio*” porque o trabalho, na maioria das vezes, implica “*quebrar resistências enraizadas no sentimento de um desempenho considerado deficiente*” e “*posturas adquiridas de tentar apreender o sentido de um texto, trabalhando palavra por palavra e interrompendo a leitura por desconhecer o vocabulário*”.

Para reduzir o espaço do que é ainda desconhecido da criança é “*preferível conversar sobre o assunto*” do que trabalhar aspectos formais descontextualizados. É importante sempre incentivar a criança a buscar no próprio texto suas dúvidas, mobilizar o que já sabe, o que pode ser construído por meio de “*outras leituras e conversas com o terapeuta*”.

Não se trata de memorizar palavras com sentidos fixos, mas de diferenciar as palavras e sua organização em uma sintaxe que dá aos enunciados um sentido próprio ao contexto em que elas são produzidas. “*O conhecimento do sistema da escrita se aperfeiçoa com a experiência da criança como leitora e produtora de textos escritos*”. A memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso, é o que se chama de memória discursiva – o saber discursivo que torna possível todo o dizer, o já-dito que sustenta cada tomada de palavra (Orlandi, 2001).

Considerações finais

Ao construir um texto coletivo dos fonoaudiólogos sobre a escrita no trabalho clínico-fonoaudiológico, voltado a crianças surdas/deficientes auditivas, buscou-se descrever a visão teórico-metodológica de um grupo de fonoaudiólogos.

Na análise e na discussão dos conteúdos das falas desse fonoaudiólogos com base nos referenciais teóricos da literatura, pode-se depreender que:

1) o foco do trabalho não incide sobre as técnicas de leitura relacionadas a atividades de ensino da língua ou treino do uso dos sinais gráficos, pontuação e acentuação, mas, está 2) em como possibilitar condições para que a criança possa, pouco a pouco, vivenciar a escrita como uma prática que amplia a reflexão sobre si e sobre o mundo; 3) em levá-la a usar a experiência que desenvolveu no contato com diversos portadores de texto para produzir sua própria escrita; 4) em construir uma memória do dizer, trabalhando na e pela interdiscursividade⁶; 5) indo, dessa forma, muito além das preocupações exclusivas com a grafia e a ortografia.

De fato, os diversos discursos produzidos revelam que, atualmente, o trabalho com a escrita da criança surda/deficiente auditiva vem se realizando mais em função da necessidade que os fonoaudiólogos identificam de se construir com essas crianças um sistema de referência – “*memória do que se diz*” ou “*do que se fala no cotidiano*” – tomando a escrita como parte integrante do trabalho na e com a linguagem.

Referências

- Benveniste E. Problemas de lingüística geral. 3.ed. Campinas(SP): Pontes/UNICAMP; 1991.
Berges J, Balbo G. Apsicanálise e a criança. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997.
Brandão HHN. Introdução à Análise do Discurso. 5. ed. Campinas (SP): Ed. Unicamp; 1996.
Bueno JGS. Diversidade, deficiência e educação. Espaço 1999;12:3-12.
Dolto F. Solidão. São Paulo: Martin Fontes; 1998.
Lefèvre F, Lefèvre AMC. Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul (RS): EDUCS; 2003.
Foucambert J. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas; 1994.
Orlandi EP. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas (SP): Pontes; 2001.
Vigotsky LS. Pensamento e linguagem. Lisboa: Antídoto; 1979.

Recebido em maio/04; aprovado em agosto/04.

Endereço para correspondência

Clay Rienzo Balieiro

Rua Geórgia, 183, ap. 32, São Paulo, CEP 04559-010

E-mail: clay@pucsp.br

⁶ O interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos; ela é constitutiva de todo discurso, ou seja todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos – aquilo que se fala antes em outro lugar, independentemente (Brandão, 1996; Orlandi, 2001).